

A BNCC na contramão do PNE 2014-2024: *avaliação e perspectivas*

AGUIAR, Márcia A. S.; DOURADO, Luiz (Org.).
A BNCC na contramão do PNE 2014-2024: avaliação e
perspectivas. Recife: ANPAE, 2018.

A BNCC na contramão do PNE 2014-2024: *avaliação e perspectivas*, produção apresentada no formato de livro digital, oferece uma importante contribuição aos profissionais, pesquisadores e estudantes da área de educação, em um momento em que se acirram os ataques à educação pública pelo atual Governo. Reunindo textos de pesquisadores com larga contribuição aos estudos na área de currículo, da gestão democrática e das políticas educacionais, a obra está organizada em oito capítulos, analisando-se tanto o processo de construção da BNCC dirigida à educação infantil e ao ensino fundamental, como os seus impactos nas diversas esferas do campo educacional.

O primeiro capítulo, de autoria de Márcia Ângela, conselheira do CNE à época de apreciação e aprovação da BNCC, traz já em seu título *Relato da resistência à instituição da BNCC pelo Conselho Nacional de Educação mediante pedido de vista e declarações de votos*, a síntese das tensões e disputas que marcaram a aprovação da BNCC naquele Conselho. Traça um histórico do processo de produção da BNCC pelo Ministério de Educação (de 2014 a 2017), sua tramitação no CNE, o pedido de vistas do qual a autora foi também signatária e, por fim, o parecer substitutivo apresentado por três conselheiras. Nas palavras da autora, a BNCC aprovada configura-se como uma contrarreforma da educação básica, indo na contramão dos avanços efetivados nas últimas décadas, no que diz respeito ao direito à educação. Um destaque especial é dado à celeridade com que o documento proposto pelo MEC foi aprovado, impedindo-se, de fato, o debate democrático, inclusive, sobrepondo-se ao papel do CNE como órgão de Estado e não como de Governo.

O segundo capítulo – *Apostando na produção contextual do currículo*, de autoria de Alice Casimiro Lopes, interroga a pretensão universalizante que caracteriza a BNCC e a difusão de uma imagem homogeneizante e negativa da escola. Discute os dois principais argumentos utilizados para justificar a necessidade da BNCC – a correção de desigualdades sociais e qualidade da educação, mostrando-nos que não é implantação de um currículo homogêneo que responderá a estas questões. Ao contrário, a autora aposta na potência transformadora dos contextos locais – as escolas e os atores que os constituem, mostrando-nos, ao mesmo tempo, que, a despeito do detalhamento curricular apresentado na BNCC, esta é interpretada diferentemente pelas escolas, processo este que foge aos

controles estabelecidos, posto que a linguagem é plena de significados e sentidos. Dessa perspectiva, a autora desmistifica o principal argumento justificativo da Base, qual seja, sua necessidade como condição para a promoção de uma escola democrática e igualitária.

O terceiro capítulo, de Elizabeth Macedo, intitulado *A Base é a Base: e o currículo é o quê?*, trata também de questionar o discurso governamental em sua afirmação propagandística de que “a Base não é currículo”. Apoiando-se em diversos estudiosos, a autora discute conceitos como “currículo”, “currículo em ação”, contrastando-os com o discurso oficial e suas justificações para a prescrição de um currículo homogêneo. Mostra os interesses que subjazem a esta política curricular – dos interesses comerciais relacionados ao mercado editorial, as assessorias especializadas, cursos de formação de professores e, por fim, ao projeto de formação humana, que tem a concepção de competências como seu móvel basilar.

Os impactos da BNCC são também discutidos em dois importantes campos – o da gestão escolar e o do ensino superior. O capítulo quatro, de autoria de Erasto F. Mendonça - *PNE e Base Nacional Comum Curricular (BNCC): impactos na gestão da educação e da escola*, mostra-nos dois aspectos importantes: a ruptura com a concepção de educação básica, na medida que o ensino médio foi excluído da BNCC aprovada e a ausência da gestão democrática – como princípio constitucional, que foi totalmente suprimida do documento. Logo, para o autor, a luta pela gestão democrática da educação é uma importante estratégia de resistência. Quanto ao ensino superior, o artigo de Luiz Dourado e João Ferreira de Oliveira, intitulado *Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e os impactos nas políticas de regulação e avaliação da Educação Superior*, possibilita-nos apreender suas repercussões no ensino superior, notadamente, os cursos de formação de professores. Destacam ações implementadas pelo MEC que já expressam mudanças: a reformulação do Pibid, a Residência Pedagógica e a ênfase à formação na modalidade a distância.

Refletindo também sobre os impactos da BNCC na escola e para os profissionais que nestas atuam, Nilda Alves com o artigo *PNE, Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e os cotidianos das escolas: relações possíveis*”, chama a atenção para a complexidade dos contextos escolares. Para a autora, estes são bastante diferenciados e cenários de múltiplas negociações. Ressalta que a presença crescente de organizações e fundações privadas nas escolas tem resultado em processos de apropriação dos problemas dos professores – trata-se da “apostilagem dos processos pedagógicos”.

A privatização da educação básica é ainda tema do artigo de Theresa Adrião e Vera Peroni . Em *A formação das novas gerações como campo para os negócios?* as autoras ressaltam que a oferta educativa, a gestão educacional e os currículos tem sido, cada vez mais, objeto de atuação do setor privado. Discutem a emergência dos chamados “investidores sociais”, as influências das políticas do Banco Mundial, em particular no que tange a BNCC, dando-nos importantes referências para refletirmos acerca das relações entre o aparelho de estado e os setores que atuam no chamado “mercado educacional”.

O conjunto de texto que compõe o livro tem como denominador comum a análise dos retrocessos que marcam o campo educacional após o *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff. A obra situa-se, dessa forma, no campo das disputas das forças em presença no cenário educacional hoje, reconhecendo que as políticas educacionais são estratégias na construção de um projeto de nação, na afirmação e provimento dos direitos subjetivos, dentre os quais o direito a educação. Problematisa de forma contundente as práticas autoritárias, que ganham espaço na atualidade para a construção das políticas educacionais. Entendemos, assim, que esta obra cumpre importante papel no campo das resistências, apostando na educação como formação humana de caráter emancipatório.

Recebido em: 02/09/2018 e aprovado em: 27/09/2018

Sobre a autora

ROSELANE FÁTIMA CAMPOS

Doutora em Educação pela Universidade Federal de Santa Catarina. É Professora Associada I da Universidade Federal de Santa Catarina, atuando no Curso de Pedagogia. Faz parte do Comitê Editorial da Revista Retratos da Escola. *E-mail*: <roselane.campos@ufsc.br>.